

INFORME LEGISLATIVO

Atualizado em setembro de 2017.

Apresentamos neste Informe Legislativo do mês de setembro matérias em tramitação no Congresso Nacional, sejam pelos riscos/ameaças, outras por sinalizar avanços e outras, ainda, por dialogar com pautas e demandas de interesse do CNS.

Proposições em tramitação no Congresso Nacional e que são considerados de importância para o Sistema Único de Saúde e de interesse do Conselho Nacional de Saúde.

PROPOSTAS QUE APRESENTAM RISCOS E AMEAÇAS AO SUS E SÃO REPROVADAS PELO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE		
PROPOSIÇÃO E AUTOR	TEOR DA PROPOSTA	TRÂMITE/SITUAÇÃO
<p>Pesquisas Clínicas - Projeto de Lei - PL 7082/2017 Origem: PLS 200/2015</p> <p>Senadores: Ana Amélia; Walter Pinheiro – PT/BA; Waldemir Moka – PMDB/MS.</p>	<p>Dispõe sobre a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas – modifica de forma substancial a legislação vigente, colocando em risco os voluntários das pesquisas clínicas.</p>	<p>AGUARDANDO Parecer do Relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Câmara dos Deputados. Designado Relator: Dep. Afonso Motta (PDT-RS).</p>
<p>Terceirização (PL 4302/1998) Poder Executivo</p>	<p>Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências" e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.</p>	<p>Transformado na Lei Ordinária 13429/2017</p>
<p>Estatuto da Família (PL 6583/2013). Dep. Anderson Ferreira (PR-PE)</p>	<p>Determina que a família é formada exclusivamente por homens e mulheres e exclui, portanto, casais LGBTs desse conceito.</p>	<p>Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p>
<p>Proposta que cria o Estatuto do Nascituro - Projeto de Lei - PL 478/07 Dep. Luiz Bassuma - PT/BA, Dep. Miguel Martini - PHS/MG e outros.</p>	<p>Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. A proposta proíbe o aborto sob quaisquer circunstâncias ao afirmar que o bebê, mesmo antes do nascimento, é um sujeito de direito e por isso tem direito à vida.</p>	<p>Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); E Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)- Câmara dos Deputados.</p>
<p>Maioridade Penal - Proposta de Emenda à Constituição(PEC 171/1993). Dep. Benedito Domingos (PP-DF)</p>	<p>Reduz a maioria penal para 16 anos</p>	<p>Aguardando Apreciação pelo Senado Federal. Tramita apensada à PEC 21/2013 Relato: Senador Ricardo Ferraço. Pronto para pauta na Comissão e Justiça do Senado Federal.</p>
<p>Observação: A proposta (PEC 21/2013) em análise na CCJ permite que adolescentes entre 16 e 18 sejam julgados como adultos quando cometerem crimes graves. Segundo o relator da matéria na CCJ, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o Código Penal Brasileiro é dos anos 40 e não está mais em sintonia com a realidade da sociedade</p>		



brasileira. http://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2017/09/ferraco-fala-sobre-a-proposta-de-reducao-da-maioridade-penal .		
Criminalização da vítima de violência sexual - Projeto de Lei - (PL 5069/2013) Dep. Eduardo Cunha e outros	Abre brechas para punir qualquer pessoa que oriente o uso de método contraceptivo e preste orientações sobre o aborto legal definido pela Constituição	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN). Câmara dos Deputados.
Estatuto do desarmamento - Projeto de Lei - (PL 3722/2012) Dep. Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC).	Facilita a aquisição e o porte de armas de fogo.	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN). Na Câmara dos Deputados
Flexibilização do Conceito do Trabalho Escravo - Projeto de Lei do Senado - (PLS 432/13) Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	Desconfigura e ameniza o conceito de trabalho escravo. Define trabalho escravo; estabelece que o mero descumprimento da legislação trabalhista não caracteriza trabalho escravo; determina que todo e qualquer bem de valor econômico – apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas	Aguardando parecer do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senado Federal. Relator: Senador Paulo Paim.
Redução da idade de trabalho Proposta de Emenda à Constituição - (PEC 18/2011) Dep. Dilceu Sperafico (PP-PR).	Autoriza o trabalho de regime parcial a partir dos 14 anos.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Câmara dos Deputados.
Questão de Demarcação de terras Indígenas - Proposta de Emenda à Constituição - (PEC 215/2000) Dep. Almir Sá PPB/RR	A proposta transfere da Funai para o Congresso a palavra final sobre demarcação de terras indígenas.	Proposta pronta para votação em plenário na Câmara dos Deputados.
Projeto de lei que prevê a fim da rotulagem dos transgênicos (PLC 34/2015) Dep. Luis Carlos Heinse. Origem PL 4148/2008.	Instituindo que os produtos geneticamente modificados não mais sejam identificados através do símbolo que marca os transgênicos, um triângulo amarelo com a letra T.	Comissão de Assuntos Sociais - CAS - Senado Federal. Aguardando designação de Relator.
Proposta de Emenda à Constituição que obriga empregadores a pagar planos de saúde a todos os empregados (PEC 451/2014) Dep. Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Incluir como garantia fundamental, plano de assistência à saúde, oferecido pelo empregador em decorrência de vínculo empregatício, na utilização dos serviços de assistência médica.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Câmara dos Deputados.
Projeto de Lei que criminaliza transmissão da AIDS (PL 198/2015) Dep: Pompeo de Mattos - PDT/RS	Torna crime hediondo a transmissão deliberada do vírus da AIDS.	Proposta será arquivada. O autor do PL solicitou que seja retirado de tramitação do Projeto de Lei nº 198, de 2015, que "torna crime hediondo a transmissão deliberada do vírus da AIDS." REQ 7154/2017.
Proposta de Reforma Trabalhista - Projeto de Lei - PL - 6787/16 Poder Executivo	Resumo: Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e	Transformado na Lei Ordinária 13467/2017



Conselho Nacional
de Saúde

	sobre trabalho temporário, e dá outras providências.	
Proposta de Reforma da Previdência - Proposta de Emenda à Constituição - PEC 287/2016 Poder Executivo	Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências.	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN).
Na Câmara é apresentada proposta da chamada Escola sem partido - Projeto de Lei - PL 7180/2014 Dep. Erivelton Santana - PSC/BA	Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas. A proposta obriga as escolas a respeitar as convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis. Segundo o texto, os valores de ordem familiar têm precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.	Em Comissão Especial - Câmara dos Deputados. Aguardando parecer do Relator (Deputado Flávio - PSB/SP).
No Senado - Senador Magno Malta apresenta projeto de lei da Escola sem Partido - PLS 193/2016 Senador Magno Malta -	Inclui entre as diretrizes e bases da educação o "Programa Escola sem Partido".	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Relator: Senador Cristovam Buarque
PEC institui a prevalência de acordos coletivos sobre a legislação trabalhista - PEC300/2016. Dep. Mauro Lopes - PMDB/MG	Altera a redação dos incisos XIII, XXI, XXVI e XXIX do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre jornada de trabalho de até dez horas diárias, aviso prévio de trinta dias, prevalência das disposições previstas em convenções ou acordos coletivos e prazo prescricional de dois anos até o limite de três meses para ações ajuizadas após a extinção do contrato de trabalho, obrigatoriamente submetidas à Comissão de Conciliação Prévia.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Câmara dos Deputados.
NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO - Projeto de Lei - PL 4193/2012. Dep. Irajá Abreu - PSD/TO	Altera a redação do art. 611 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a eficácia das convenções e acordos coletivos de trabalho.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) na Câmara dos Deputados.

PROPOSTAS QUE SINALIZAM AVANÇOS OU RESPOSTAS A SEREM APOIADAS
PELO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

PROPOSIÇÃO E AUTOR	TEOR DA PROPOSTA	TRÂMITE/SITUAÇÃO
<p>Proposta que cria critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos com deficiência. - Projeto de Lei Complementar - PLP 454/2014 Origem: PLS 250/2005 Senador Paulo Paim</p>	<p>Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos com deficiência.</p>	<p>Pronta para Pauta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).</p>
<p>Descumprimento de medidas protetivas da Lei Maria da Penha poderá ser crime - Projeto de Lei da Câmara - PLC Nº 4, De 2016 Autoria: Dep. Federal Alceu Moreira.</p>	<p>Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha. Altera a Lei Maria da Penha para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.</p>	<p>Pronta para pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senado Federal. Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin</p>
<p>Projeto de Lei do Senado que Cria a Política Nacional de Saúde Bucal - PLS 08/2017 Senador Humberto Costa (PT/PE)</p>	<p>Dispõe sobre a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS.</p>	<p>Aprovado no Senado Federal. Aguardando apreciação pela Câmara dos Deputados.</p>
<p>Projeto da Câmara que cria Política Nacional de Saúde Bucal - PL 6836/2017 Dep. Jorge Solla - PT/BA</p>	<p>Dispõe sobre a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS.</p>	<p>Apensado ao PL 8131/2017. Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Câmara dos Deputados. Relatora: Dep. Conceição Sampaio (PP-AM).</p>
<p>Projeto torna obrigatória a fabricação de remédios sem corantes - PL 4922/16 Dep. Vinicius Carvalho - PRB/SP</p>	<p>Altera a Lei 6.360/76 para obrigar a fabricação de medicamentos sem corantes, como opção para o consumidor.</p>	<p>Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Câmara dos Deputados.</p>
<p>Projeto cria um sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes - Projeto de Lei - PL 3792/15. Dep. Maria do Rosário (PT-RS) e outros.</p>	<p>Estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, e dá outras providências.</p>	<p>Transformado na Lei Ordinária 13431/2017.</p>
<p>Projeto prevê atendimento gratuito ao usuário do SUS onde ele buscar cuidados - Projeto de Lei - PL4815/16 Dep. Caio Narcio - PSDB/MG</p>	<p>Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para obrigar o atendimento gratuito ao usuário do Sistema Único de Saúde - SUS - no local em que a atenção</p>	<p>Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Câmara dos Deputados.</p>



	for buscada.	
Alerta em rótulo de alimentos transgênicos poderá ser obrigatório Projeto de Lei - PL 4908/2016 Dep. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO.	Altera a Lei nº 11.105, de 2005 (Lei de Biossegurança), no que diz respeito aos rótulos de produtos alimentares com organismos geneticamente modificados - OGM ou seus derivados	Aguardando Deliberação na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) - Câmara dos Deputados.
Projeto de Lei cria política para doença pulmonar rara que atinge mulheres - PL 5078/2016 Dep. Alan Rick - PRB/AC	Dispõe sobre a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre a linfangioleiomiomatose - LAM	Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Câmara dos Deputados.
Nascimento de filho poderá permitir saque de FGTS por mãe trabalhadora - Projeto de Lei do Senado - PLS 443/2016 Senador Garibaldi Alves Filho	Altera a Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para que o FGTS seja liberado, em até seis parcelas mensais de um salário-mínimo, no primeiro ano de vida da criança, até o limite do saldo existente na conta vinculada, para as mães que estejam responsabilizadas integralmente pelo seu sustento e dos seus dependentes.	Aguardando apreciação pelo Plenário do Senado Federal.
Pessoas com doenças graves podem ter isenção de pedágio ao se deslocarem para tratamento - Projeto de Lei do Senado - PLS 199/2016. Senador Magno Malta	Dispõe sobre a isenção da tarifa de pedágio nas vias federais, exploradas direta ou indiretamente, pelos veículos que transportem pessoas com doença grave ou degenerativa.	Comissão de Assuntos Sociais (Secretaria de Apoio à Comissão de Assuntos Sociais) - Senado Federal. Relator: Garibaldi Alves Filho
Projeto destina 30% de verbas do 'Sistema S' à Seguridade Social - Projeto de Lei do Senado - PLS 386/2016 Senador Ataídes Oliveira	Estabelece que parte dos recursos destinados ao Sistema "S" serão alocados para financiar a seguridade social o percentual de 30% (trinta por cento) dos valores arrecadados a título das contribuições sociais que especifica.	Aguardando apreciação de requerimento pelo Plenário - Senado Federal.
Publicidade que exponha ou estimule violência sexual contra a mulher pode ser proibida - Projeto de Lei - PL6191/2016 Dep. Erika Kokay - PT/DF	Dispõe sobre a publicidade de cunho misógino, sexista ou estimuladora de agressão ou violência sexual.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)- Câmara dos Deputados. Relatora: Dep. Luiza Erundina (PSOL-SP).
Projeto transforma em lei o direito do paciente hospitalar a acompanhante - Projeto de Lei - PL 4996/2016 Origem: PLS 378/2014 Senadora Ana Amélia - PP/RS	Acrescenta inciso XIV ao art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a humanização das relações e dos processos de atenção e gestão em saúde, e estabelece o direito do usuário a acompanhante durante o atendimento ou a internação nos serviços de saúde e a visita aberta na internação.	Apensado ao PL 6567/2013. Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Educação (CE). Relator: Dep. Lincoln Portela (PRB-MG)



Conselho Nacional
de Saúde

<p>Projeto garante descanso para amamentar durante trabalho até bebê completar 1 ano - Projeto de Lei - PL 4968/2016 Dep. Luiz Lauro Filho - PSB/SP</p>	<p>Altera o art. 396 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a redução da jornada da mãe lactante.</p>	<p>Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Câmara dos Deputados. Relatora: Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC).</p>
<p>Projeto reconhece direitos de filhos por vínculo socioafetivo - Projeto de Lei - PL 5041/016 Dep. Augusto Carvalho - SD/DF</p>	<p>Altera o artigo 1.596 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil -, para criar a figura do vínculo parental socioafetivo.</p>	<p>Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Câmara dos Deputados. Relator: Dep. Laercio Oliveira (SD-SE).</p>
<p>Apoio a Crianças e Adolescentes - Projeto de Lei - PL 3792/2015 Dep. Maria do Rosário - PT/RS e outros</p>	<p>Estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 8.069, de 1990.</p>	<p>Transformado na Lei Ordinária 13431/2017.</p>
<p>Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - Projeto de Lei - PL 7371/2014 Origem: PLS 298/2013 Senado Federal - Comissão Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher - Cpmi</p>	<p>Cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres</p>	<p>Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN) - Câmara dos Deputados.</p>
<p>Projeto que cria a Política contra Dengue e Zika (PL 1861/2015) Luiz Lauro Filho (PSB-SP)</p>	<p>Propõe a criação de uma política nacional de combate à dengue, à febre chikungunya e à zika</p>	<p>Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Câmara dos Deputados.</p>
<p>Taxação das Grandes Fortunas - Projeto de Lei do Senado - (PLS 315/2015) Senador Paulo Paim</p>	<p>Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas</p>	<p>Em tramitação no Senado Federal Mais informações: Só na Câmara dos Deputados há mais de 20 proposições legislativas tramitando sobre o tema da Taxação das Grandes Fortunas.</p>
<p>Proposta que aumenta o gasto com pessoal na área de saúde (PLP 251/2005) Dep. Roberto Gouveia - PT/SP</p>	<p>aumenta o gasto com pessoal na área de saúde para até 75% dos recursos financeiros destinados à saúde.</p>	<p>Proposta pronta para votação em plenário na Câmara dos Deputados.</p>
<p>Vedação do Capital Estrangeiro (PL 1721/2015) Dep. Jandira Fegalhi – PCdoB-RJ</p>	<p>Trata da vedação da participação direta ou indireta de empresa ou de capital estrangeiro na assistência à saúde.</p>	<p>Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - na Câmara dos Deputados</p>
<p>Proposta que combate à diferença de remuneração entre homens e mulheres (PLC 130/2011) Dep. Marçal Filho (PMDB/MS)</p>	<p>Visa estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.</p>	<p>Comissão de Assuntos Sociais (Secretaria de Apoio à Comissão de Assuntos Sociais) - Senado Federal. Relator: Romero Jucá</p>
<p>Projeto de Lei - PL 6566/2013 Senador Eduardo Suplicy - PT/SP Origem: PLS 231/2012</p>	<p>Visa garantir recursos para atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico de medicamentos, imunobiológicos, produtos para a saúde e outras modalidades terapêuticas</p>	<p>Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Câmara dos Deputados. Relator: Dep. Marcos Rogério (DEM-RO).</p>

	destinados ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas.	
<p>Cria o Dia Nacional da Pessoa com Doença Celíaca - Projeto de Lei - PL 6666/2016</p> <p>Comissão de Legislação Participativa - Câmara dos Deputados.</p>	<p>Institui o “Dia Nacional da Pessoa com Doença Celíaca”, a ser celebrado no dia 20 de maio de cada ano, em todo o território nacional, quando serão efetivadas ações relacionadas à luta contra a Doença Celíaca.</p>	<p>Aguardando apreciação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Câmara dos Deputados.</p>
<p>Percentual mínimo para a saúde- Financiamento do SUS - Proposta de Emenda à Constituição - (PEC 01/2015)</p> <p>Dep. Vanderlei Macris (PSDB/SP).</p>	<p>Dispõe sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela união em ações e serviços públicos de saúde, de forma escalonada em cinco exercícios: 15%, 16%, 17%, 18% e 18,7%.</p>	<p>Já aprovada em Primeiro Turno na Câmara dos Deputados e aguarda Segunda votação antes de seguir para o Senado Federal.</p>

PROPOSTAS QUE AINDA NÃO HOUVE POSICIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

PROPOSIÇÃO E AUTOR	TEOR DA PROPOSTA	TRÂMITE/SITUAÇÃO
Projeto de Lei - PL 5028/2013 Décio Lima - PT/SC	Determina a adoção de número único para ouvidorias da saúde. Explicação: Altera a Lei nº 8.080, de 1990.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) -Câmara dos Deputados.
Projeto propõe mudanças na administração dos serviços de aprendizagem da saúde - PL 559/2015 Dep. Jorge Solla (PT/BA)	Dispõe sobre a criação do Serviço Social da Saúde (Sess) e do Serviço Nacional de Aprendizagem em Saúde (Senass).	Aguardando parecer do relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Câmara dos Deputados. Relator: Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS).
Projeto de Lei que endurece o tratamento ao agressor em crime contra idoso - PL 6478/2013 Dep. Flávia Morais - PDT/GO	Cria mecanismos para coibir a violência contra a pessoa idosa, nos termos do § 8º do art. 226 e do art. 230, ambos da Constituição Federal; dispõe sobre a criação das varas especializadas da pessoa idosa; altera a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; e dá outras providências.	Apensado ao PL 5510/2013. Já o PL 5510/2013 (<i>Aplica o procedimento sumaríssimo ao crimes previstos no Estatuto do Idoso e proíbe a aplicação de quaisquer medidas despenalizadoras ao autor do crime</i>). Pronto para pauta na na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Câmara dos Deputados. Relator: Dep. Tadeu Alencar (PSB-PE).
Proposta que propõe a inclusão da vacina contra HPV no calendário oficial - PL 6820/2010 Origem: PLS 51/2007 Senadora Ideli Salvatti - PT/SC	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para garantir o oferecimento de vacinação antipapilomavírus humano (HPV) à população.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Câmara dos Deputados.
Proposta obriga instituições públicas a terem intérpretes de Libras - Projeto de Lei do Senado - (PLS 52/2016) Senador Ciro Nogueira	Estabelece a obrigatoriedade da oferta de serviço de tradução e interpretação de Libras, por meio de profissionais habilitados ou de equipamento de informática, nos locais de atendimento ao cidadão nos órgãos Públicos, concessionários de serviço público e unidades de atendimento à saúde.	Aguardando parecer do Relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Senado Federal
Projeto de Lei do Senado - PLS280/2017 Senador Antônio Anastasia	Estabelece diretrizes e requisitos para a delegação a particulares do serviço público de fiscalização administrativa, autorizado por lei especial.	Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Senado.
Projeto de Lei do Senado obriga bancos a oferecerem contratos em braille - PLS 21/2016 Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE).	Torna obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.	Aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Segue agora para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que terá a palavra final.



Projeto de Lei - PL 1978/2015 Dep. Felipe Bornier - PSD/RJ	Regulamenta as Cirurgias para pacientes com Obesidade.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Câmara dos Deputados. Relator: Dep. Paulo Foletto (PSB-ES).
Projeto de Lei - PL 6817/2017 Dep. Hildo Rocha - PMDB/MA	Determina a realização de auditoria na dívida pública federal nas condições que especifica.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - Câmara dos Deputados.
Projeto torna crime hediondo assassinato de agricultor familiar e assentado Projeto de lei (PL 7594/17) João Daniel - PT/SE	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para considerar hediondo o crime de homicídio, lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte quando praticadas contra Agricultoras e Agricultores Familiares, Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais, Indígenas, Quilombolas e outras pessoas pertencentes Comunidades Tradicionais.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Câmara dos Deputados.
Projeto de LEI - PL 6054/2013 Autor: Dep. Padre João - PT/MG.	SEGURIDADE FACILITA COMPROVAÇÃO NO INSS PARA PESCADOR ARTESANAL Dispensa o pescador artesanal da comprovação da arqueadura bruta da embarcação para efeito de enquadramento como segurado especial do Regime Geral de Previdência Social.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Câmara dos Deputados.
Exercício de Acupuntura Projeto de Lei - PL 1549/2003 Dep. Celso Russomanno - PP/SP.	Disciplina o exercício profissional de Acupuntura e determina outras providências.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
Obs.: O Conselho Nacional de Saúde é favorável a este projeto de lei nos termos do Voto em Separado (Proposta alternativa ao parecer do relator da proposta), apresentado pelo Deputado Ronaldo Fonseca. Este atende os anseios da população, fazendo-se justiça e promovendo a equidade, fortalecendo o SUS e o acesso universal e com segurança para o usuário às Práticas Integrativas em Saúde.		
Projeto de Decreto Legislativo - PDC 786/2017 Autor Deputados (as): Mandetta - DEM/MS; Laura Carneiro - PMDB/RJ; Conceição Sampaio - PP/AM e outros.	Susta a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados
Projeto permite que cidadão acompanhe pelo celular os gastos públicos Projeto de Lei do Senado - PLS 325/2017 Autor: Senador João Capiberibe (PSB/AP)	Institui a gestão compartilhada, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e de aquisições de materiais e equipamentos por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular.	Aguardando parecer do Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senado Federal. RELATOR: Senador Antonio Carlos Valadares